



Trans* subjectivities in the higher education curriculum

Subjetividades trans* no currículo do ensino superior

Subjetividades trans* en el currículo de educación superior

Helma de Melo Cardoso¹ , Alfrancio Ferreira Dias¹ 

¹ Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil.

Autor correspondente:

Helma de Melo Cardoso

E-mail: helma.2010@hotmail.com

Como citar: Cardoso, H. M., & Dias, A. F. (2021). Trans* subjectivities in the higher education curriculum. *Journal of Research and Knowledge Spreading*, 2(1), e12305. <https://doi.org/10.20952/jrks2112305>

ABSTRACT

This article seeks to problematize the production of trans bodies, abnormal bodies that occur in the production of their genres from the narrative of trans teachers in northeastern universities. Interviews were used in order to locate, describe and problematize the discursive practices of the curriculum in this educational space, focusing on gender norms, heteronorm, and the observation of cracks in hegemonic norms. For that, inspiration was sought in queer analytics, which defends a post-identity and fragmented view in opposition to the hegemonic identity/binary thinking about sexuality and gender studies. Six trans* teachers from northeastern higher education institutions were interviewed. From the analysis, the fixed identities and the hegemonic discourses that imprison them in the binary of the sexes were problematized, taking the body itself as a political power that drives the ruptures operated in the relations of the curriculum.

Keywords: Gender norms. Higher Education. Sexuality. Trans subjectivities*. Trans teachers*.

RESUMO

Este artigo busca problematizar a produção de corpos trans, corpos anormais que se dá na produção de seus gêneros a partir da narrativa de professoras trans nas universidades nordestinas. Foram utilizadas entrevistas com o objetivo de localizar, descrever e problematizar as práticas discursivas do currículo desse espaço educativo, com foco nas normas de gênero, na heteronorma, na observação de fissuras nas normas hegemônicas. Para tanto, buscou-se inspiração na analítica queer, que defende uma visão pós-identitária e fragmentada em oposição ao pensamento identitário/binário hegemônico sobre a sexualidade e os estudos de gênero. Foram entrevistadas seis professoras trans* de instituições de nível superior nordestinas. A partir da análise, foram problematizados as identidades fixas e os discursos hegemônicos que as aprisionam na binariedade dos sexos, tomando o próprio corpo como potência política que impulsiona as rupturas operadas nas relações do currículo.

Palavras-chave: Ensino Superior. Normas de gênero. Professoras trans*. Sexualidade. Subjetividades trans*.

RESUMEN

Este artículo busca problematizar la producción de cuerpos trans, cuerpos anormales que ocurren en la producción de sus géneros a partir de la narrativa de docentes trans en universidades del noreste. Se utilizaron entrevistas para ubicar, describir y problematizar las prácticas discursivas del currículo en este espacio educativo, enfocándose en las normas de género, heteronormas y la observación de fisuras en las normas hegemónicas. Para ello, se buscó inspiración en la analítica queer, que defiende una mirada postidentitaria y fragmentada frente a la identidad hegemónica/pensamiento binario sobre la sexualidad y los estudios de género. Se entrevistó a seis profesores trans* de instituciones de educación superior del noreste. A partir del análisis se problematizaron las identidades fijas y los discursos hegemónicos que las aprisionan en el binario de los sexos, tomando al cuerpo mismo como un poder político que impulsa las rupturas operadas en las relaciones del currículum.

Palabras clave: Educación superior. Normas de género. Profesores trans*. Sexualidad. Subjetividades trans*.

INTRODUÇÃO

Apresento neste artigo uma problematização da produção de corpos trans, de corpos anormais que se dá na produção de seus gêneros. Para isso problematizo a noção de identidade, na tentativa de reconhecer a necessidade e os limites do conceito dentro da temática de gênero. Em continuidade, aponto para o conceito de subjetividade, trazendo-o como alternativa viável na produção coletiva de corpos que se dá num processo de formação discursiva em que a produção acontece em meio a uma relação de forças. Para construção deste artigo utilizamos um recorte da tese de Doutorado intitulada: “Uma educação outra: subjetividades trans* no currículo do ensino superior em universidades nordestinas”.

Para essa produção parcial de verdade, acompanhei os processos das professoras trans* em seu fazer docente e comecei a produzir os passos para me guiar na pesquisa à medida que ia conhecendo o campo, pois nesse método os procedimentos não são definidos a priori, mas de acordo com o caminhar, com a experimentação. Dessa forma, a partir do primeiro contato com uma das professoras, comecei a planejar as entrevistas e a produzir meu diário de campo, a fim de registrar os discursos acionados no currículo observado e identificar as relações de poder presentes e os tipos de subjetividades produzidas.

Por se tratar de um público muito reduzido, professores/as trans* de nível superior, o campo de estudo foi abrangente, o Nordeste, também por ser um território impregnado de significações de subalternidade, apresentando grande número de violência contra pessoas trans*. Iniciei com as professoras de que já tinha conhecimento, que eram docentes de universidades, a partir de eventos de gênero e sexualidade de que participei ao longo dos últimos anos. A partir delas, recebi indicação de outras professoras e também indicações de pessoas de minhas relações profissional e acadêmica.

As narrativas obtidas pela produção de dados são consideradas como sendo de natureza local, visto que a pesquisa não tem o objetivo de fazer generalizações, mas de valorizar o contexto singular, muito menos de originar generalizações que possam ser aplicadas a qualquer contexto, isso porque a narrativa representa a experiência educativa do sujeito que “[...] narra para, debruçando-se sobre o próprio vivido e narrado, extrair lições que valham como conhecimentos produzidos *a posteriori*, resultando do embate entre a experiência e os estudos teóricos realizados após a experiência narrada” (Lima et al., 2015, p. 26-27).

Ainda dentro das premissas da metodologia pós-crítica, utilizei as narrativas com o objetivo de localizar, descrever e problematizar as práticas discursivas do currículo desse espaço educativo, com foco nas normas de gênero, na heteronorma, na produção de normas de ser homem e ser mulher, na observação de fissuras nas normas hegemônicas.

As histórias narradas pelas professoras por meio das entrevistas não são dados prontos, são documentos produzidos na cultura por meio da linguagem; nesse encontro entre pesquisadora e sujeitos, os documentos adquirem significado a partir de um contexto de determinado referencial teórico. Assim, após realizar as entrevistas, ouvi-las, ouvi-las de novo, transcrevê-las, lê-las incontáveis vezes, realizei agrupamentos por temas, lhes dando significados a partir das ferramentas pensadas para a análise.

Antes da imersão no campo de estudo, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe, através da Plataforma Brasil (base nacional e unificada de registro de pesquisas envolvendo seres humanos), sendo aprovado no dia 17 de setembro de 2018, com número de CAAE 95482318.1.0000.5546.

As professoras que foram contatadas para a pesquisa chegaram ao meu conhecimento a partir das redes de relações acadêmicas, sendo que algumas delas também têm visibilidade em eventos acadêmicos sobre gênero. Inicialmente, foi proposto às professoras resguardar suas identidades, mas, a partir da professora Gisele, terceira entrevista, que pediu para utilizar sua própria identidade, as demais resolveram concordar com sua iniciativa, com exceção da professora Iansã, com quem não consegui contato, então permanecerei resguardando sua identidade utilizando o nome de um orixá, pois ela é adepta de religião de matriz africana.

No total foram realizadas entrevistas com seis professoras, a saber: Alice que possui Licenciatura em Ciências Biológicas, Mestrado em Educação e Doutorado em Educação na área: Ensino de Ciências e Matemática. É professora da Universidade Federal de Sergipe desde 2009; Iansã possui Doutorado em Saúde Coletiva, Mestrado em Alimentos, Nutrição e Saúde e Graduação em Nutrição, no momento da entrevista (2019) fazia Pós-Doutorado em Filosofia, devido ao qual se encontra afastada de licença. Leciona numa universidade nordestina desde 2011; Gisele é formada em Medicina Veterinária, fez Mestrado e Doutorado na mesma área, é professora da Universidade Federal da Paraíba; Helena formada em Enfermagem com Mestrado em Saúde Mental e Doutorado na mesma área, docente na Universidade do Recôncavo da Bahia – UFRB, *campus* Santo Antônio de Jesus; Letícia é formada em Pedagogia e tem Mestrado em Educação e está cursando o curso de Doutorado em Educação, tudo pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, onde é professora efetiva no *campus* Floriano, no interior do Estado; e Manu é formada em Letras Francês, tem Mestrado e está cursando o Doutorado. É professora efetiva do Instituto Federal de Sergipe, *campus* São Cristóvão, onde leciona tanto no Nível Médio quanto no Superior.

CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES SINGULARES

Uma das primeiras dificuldades encontradas nesta pesquisa foi a nomeação das experiências trans*, pois se constitui num campo de permanente disputa de poder tanto pelas instituições quanto pelos movimentos sociais e ainda por acionamentos políticos de uma identidade fixa. Por isso achei necessário iniciar por essa discussão que se fez essencial no campo pesquisado. Importante mencionar que as definições rígidas de pertencimento identitário podem provocar práticas excludentes e de controle em meio a corpos e espaços que se constituem a partir da subversão das normas binárias de gênero.

O termo travesti surgiu na França, em 1593, para denominar o ato de se vestir para disfarçar-se no universo das artes para representar papéis do gênero oposto. Em 1562, foi utilizado para designar mulheres que se vestiam de homens e, em 1832, passou a denominar homens que se vestiam de mulheres. A relação com a prostituição ocorreu no contexto brasileiro no início do séc. XX, quando a ideia de artistas (que se travestiam) estava muito

atrelada à prostituição (Leite Júnior, 2008). Esse estigma foi ampliado com o discurso médico, que localizava a travestilidade como uma disfunção sexual classificada como uma perversão sexual ou parafilia, em que o sujeito travesti era considerado um perverso, um “mau” desvio. Já a transexualidade foi considerada como o “bom” desvio sexual, pois possuía uma incompatibilidade entre o gênero que desejava e o gênero informado pela genitália no nascimento.

Na contemporaneidade, Jesus (2012) esclarece que, sendo a transexualidade uma experiência de gênero e não de sexualidade, no caso da mulher transexual, esta reivindica o reconhecimento social e legal como mulher, e o homem transexual reivindica o reconhecimento como homem. Geralmente sentem que seu corpo não está adequado à forma como se sentem ou pensam e procuram adequar seus corpos à imagem que fazem de si através de roupas, tratamentos hormonais e cirúrgicos. Algumas pessoas transexuais procuram a cirurgia de transgenitalização, mas isso não é determinante para a vivência trans*.

Bento (2008) acrescenta que a transexualidade é plural, diferentemente da encontrada nos manuais psiquiátricos e no imaginário popular, que produzem um sujeito homogêneo e universal. Nesses moldes, seria impensável uma mulher transexual realizar uma cirurgia de transgenitalização e se dizer lésbica. Assim, estaria somente se afirmando a lógica sexo-gênero-sexualidade através das transformações corporais para os ajustes necessários, considerando-se o único modelo viável para a expressão de identidades: binário e heterossexual. A transexualidade é uma experiência identitária, um conflito com as normas de feminilidade e masculinidade, não podendo ser reduzida a uma questão meramente sexual, como é compreendida pela medicina e pela sociedade ao defini-la como inerente a pessoas que demandam cirurgia de mudança de sexo e identidade civil (Bento, 2014).

O termo travesti, em nossa sociedade, traz um estigma pejorativo, sempre ligado a pessoas abomináveis que vivem à margem da sociedade e na/da prostituição. Para Jesus (2012), as travestis não se reconhecem nem no gênero masculino, nem no feminino, constituem um outro gênero, ou um não-gênero. Sobre a travestilidade, Sales (2018, p. 68) afirma que

Estas formas diferenciadas, que muitas vezes demandam afirmações de subalternidades, rompem com tais hegemonias de projetos de sociedade e fazem valer seus discursos e estilísticas das existências, pois, ao se situarem nos espaços e posicionamentos de subalternidades, as travestis garantem que suas vidas sejam viáveis e que as vulnerabilidades e morte não são únicos caminhos para suas expressões de gêneros flutuantes, nômades.

Assim, criam estratégias para fugir das molduras fixas de modelos de feminilidades e masculinidades da sociedade contemporânea, abrindo espaço para novos modelos de desejos e práticas sexuais. As travestis, segundo Pelúcio (2006), são pessoas que nascem com genital masculino, mas procuram imprimir em seus corpos os símbolos femininos, sem desejarem retirar a genitália.

Bento (2008) traz a discussão sobre a linha tênue que separa as identidades travestis e transexuais. A travestilidade aparece como tudo o que deve ser rejeitado: a prostituição, a masculinidade, a aceitação do pênis. Mergulhar no debate sobre quem se sente mais mulher é voltar a discutir o significado de masculino e feminino e trabalhar com um modelo de mulher ideal, que sequer existe. Mas a autora aponta que a transexualidade confere maior legitimidade e poder que a travestilidade: “É como se a categoria médica ‘transexual’ fizesse um trabalho de limpeza, assepsia de uma categoria da rua” (Bento, 2008, p. 76). No entanto, essas discussões continuam nas margens, não povoam o centro.

O termo cisgênero, segundo Jesus (2012), surgiu para designar pessoas que se reconhecem no gênero que lhes foi atribuído no nascimento. Transgêneros são as pessoas que não se reconhecem no gênero atribuído no nascimento. No Brasil, não há consenso quanto ao uso do termo transgênero, podendo ainda ser usado trans* ou o termo queer. Historicamente,

essa é uma população estigmatizada, uma vez que se entende que se vive uma anormalidade por se considerar que não é “natural” não se identificar com o sexo biológico. Mas a autora defende que essa é uma ideia falaciosa, haja vista a variedade de experiências humanas.

Segundo Caetano (2011), a palavra transgênero surgiu para designar pessoas heterossexuais do gênero masculino que se travestiam de mulher (atualmente chamados de *crossdresser*), mas não realizavam alterações definitivas no corpo, porém, mais tarde, passou a acolher todas as pessoas fora dos estereótipos convencionais, como travestis, transexuais, *gays* afeminados e outrxs. Já Colling (2017b) afirma que transgênero pode ser utilizado também para se diferenciar de travesti e transexual por pessoas não binárias, que lidam de maneira diferenciada com o trânsito entre os gêneros, podendo num dia se identificar através de vestimentas e maquiagem no gênero feminino e num outro dia no gênero masculino e não têm aspirações por um gênero único e em desacordo com o gênero identificado no nascimento com as pessoas travestis e transexuais. Quanto a isso, acrescenta que “todos nós cotidianamente construímos o nosso gênero, nos montamos, para usar a expressão usual do universo trans*” (Colling, 2017b, p. 139). Mas o autor deixa claro que a maioria de nós internalizou de maneira tão arraigada o gênero que não consegue tomar uma atitude simples como passar um batom, no caso dos homens fortemente identificados com o universo masculino, e mais: esse argumento também não pode ser utilizado para validar as teses de cura da transexualidade. Os trânsitos devem ser respeitados e não compulsórios.

Com relação a essa discussão, a professora Helena (2019) comenta:

Sou uma mulher, luto contra os rótulos porque também sou uma professora e uma pesquisadora do campo da saúde mental e uma militante da reforma psiquiátrica, então eu não gosto dessa coisa de “professora trans”, eu sou uma professora, ponto. Sou uma mulher, ponto. Não, eu não sou uma mulher cisgênera, sou uma mulher transgênera, não me identifico como uma mulher transexual porque eu entendo que o termo transexual remete a uma sexualização dos corpos trans. Você é uma mulher cisgênera, possivelmente, eu sou uma mulher transgênera, por que que eu tenho que ser transexual? Não, eu sou transgênera. Pensa na trans e é transexual, e alguns ainda falam transex, transexual como aquela pessoa sexualizada, não, é muito mais que isso, é uma questão de gênero, não é de genitália, nem de corpo somente. Então eu sou uma mulher transgênera, não sou cisgênera.

A professora ressalta ainda a importância de interromper essas identidades que se cristalizam, se naturalizam e pré-definem as pessoas. E acrescenta uma crítica à terminação “sexual”, pois remete a uma sexualização dos corpos trans*, os quais já sofrem com uma identificação de seus corpos com a promiscuidade. A partir desse ponto neste artigo passaremos a utilizar o termo transgêneridade em concordância com a professora Helena, com exceção dos momentos em que o termo transexualidade seja trazido por algum autor utilizado.

Como já citado na nota explicativa 2, o termo trans* é usualmente utilizado como uma abreviação para todas essas categorias apresentadas, numa tentativa de demarcar todas as pluralidades num só termo. Alguns autores acreditam ainda que o termo “trans*” pode ser considerado um termo guarda-chuva, visto que pode mascarar as diferenças identitárias numa mesma denominação. São elas transexuais, travestis, transgêneros. No entanto, neste artigo o adoto¹ não como forma de desvalorizar as identidades e diferenças, mas como uma ideia de “multitude”, conforme argumentação de João Manuel de Oliveira e Haley Kass Alves:

Uma multidão de gente, desunida na identidade (porque ela é demasiado vasta e demasiado estreita), unida no seu desfasamento face à norma, no seu rompimento com a mesma, na sua recusa em ser tão somente um corpo errado. Não há nenhum corpo errado. Errados são

¹ Vale ressaltar que, embora tenha adotado o termo pessoa trans* (com asterisco), respeitarei a denominação utilizada por cada pessoa entrevistada em sua identificação.

os termos em que esta questão é posta. Há corpos que não correspondem ao nosso projeto de corpo, ou de gênero, ou dos dois (Oliveira, 2017, p. 97).

O termo trans pode ser a abreviação de várias palavras que expressam diferentes identidades, como transexual ou transgênero, ou até mesmo travesti. Por isso, para evitar classificações que correm o risco de serem excludentes o asterisco é adicionado ao final da palavra transformando o termo trans em um termo guarda-chuva [umbrella term] – um termo englobador que estaria incluindo qualquer identidade trans “embaixo do guarda-chuva”. Daí a ideia do guarda-chuva. Além disso, o termo também pode incluir pessoas trans* que se identificam dentro e/ou fora do sistema normativo binário de gênero, ou seja, da ideia normativa que temos de “masculino” e “feminino” que forma um binário (Alves, 2013)².

Por compreender a importância dessa discussão, adotei o uso da palavra trans com a adição do * também por reconhecer que as identidades são construídas de forma plural, definindo e englobando os sujeitos que transformam e personificam a noção de gênero, sem, contudo, categorizá-los de maneira arbitrária. Corpos que causam confusão da inteligibilidade dos códigos formais, desestabilizando as normatizações dos corpos, independentemente do desejo sexual. Cabe, ainda, esclarecer que a identificação como pessoa trans* é uma vivência pessoal e que a pessoa tem a palavra final na sua identificação.

Quanto à autodeclaração de identidade de gênero, Alice traz toda uma discussão sobre a terminologia travesti e mulher trans*, localizando a importância política de se denominar em espaços acadêmicos enquanto travesti, numa postura política de desfazer a ideia de ligação única com a prostituição:

Depende muito do contexto onde eu estou, então assim, se é um contexto onde politicamente vale a pena dizer que sou travesti, pensando numa forma de desmistificar essa ideia de que travesti é uma pessoa que vive de programa ou que vive nas esquinas, aí eu digo que sou travesti, e onde de repente não tem essa questão eu falo mulher trans, então depende muito do lugar onde eu estou, eu não vejo diferença, [...] mas profissionalmente geralmente eu falo que sou travesti quando vou dar uma palestra, quando vou dar um curso, eu ainda brinco, sou travesti, tal, “ninguém percebeu mas sou travesti”, mas assim no dia a dia, por exemplo, vou paquerar alguém, coloquei um perfil no Tinder, lá eu coloco mulher trans porque eu sei que no Tinder, se eu colocar travesti, os caras já vão me perguntar se eu faço programa. [...] antigamente achavam que mulher trans tinha que ter feito cirurgia secundária, e travesti, não (Alice, 2018).

Eu sou mulher travesti, eu me reconheço como travesti, como uma categoria latino-americana de análise, uma categoria pela qual nossas afro-trans-ancestrais vêm se reivindicando há muito tempo aqui no Brasil, em outros países latino-americanos. Então o termo travesti tem uma historicidade política existencial, então por isso eu me reconheço como travesti, como uma mulher travesti, agregando essa identidade mulher a essa outra identidade de travesti, me reconheço assim (Letícia, 2019).

Para Alice, não há diferença marcante entre os conceitos e faz um uso político do termo travesti ao se apresentar dessa forma academicamente, a fim de mudar mentalidades a respeito da simbologia que o termo traz socialmente por sua ligação histórica com a prostituição. Então um termo utilizado geralmente de maneira pejorativa, para ofender, é positivado porque ela já o traz como sua identificação. Assim, Alice se move entre os termos na tentativa de escapar às categorizações nas quais são aprisionadas, definidas e fixadas em experiências identitárias como se fossem homogêneas, mostrando a fluidez e as possibilidades da vivência trans*. Esse pode ser um exemplo da revolução de que fala Jesus (2016): quando nos apoderamos de

² Recuperado de: <http://transfeminismo.com/trans-umbrella-term/>

conceitos que nos aprisionam e o transformamos em potência, refaz-se o conceito, potencializando o sujeito a falar de si mesmo. A professora Letícia também justifica o uso da identidade travesti como uso político de afirmação pela importância de reconhecer a luta da categoria de mulheres travestis no contexto latino-americano.

Outro conceito de grande relevância neste artigo, por ser um termo que denuncia a norma e os privilégios para as vivências não trans*, também porque foi trazido nas narrativas das professoras, é o termo “cis”, “utilizado para nomear a norma e denunciar os privilégios aos quais uma experiência que não é trans* tem acesso nas sociedades ocidentais” (Santos, 2017, p. 41). A produção desse conceito no movimento trans* possibilitou um deslocamento de referencial muito importante para o debate político e epistemológico. No entanto, por vezes esse conceito é utilizado como se houvesse um bloco hegemônico de experiências homogêneas. Nessa perspectiva, o conceito perde potência, pois, assim como as experiências trans*, as cis são plurais e singulares, “ainda que exista um padrão e uma norma cisgênera, qualquer generalização nesse sentido me parece perigosa” (Santos, 2017, p. 41).

Sendo assim, a problemática não está necessariamente no conceito, mas no uso que dele se faz. Acreditar, por exemplo, que toda vivência que não seja trans* se constitui num potencial inimigo a ser combatido, não poder opinar ou acrescentar nada ao debate sobre a transfobia, sobre o debate político e epistemológico das questões trans*, “produz uma cristalização da transfobia e dificulta, quando não inviabiliza, o debate e o enfrentamento coletivo da ordem vigente em todos os âmbitos” (Santos, 2017, p. 43). Então gostaria de deixar claro que não critico o conceito, na medida em que ele tem grande potencial para questionar a norma, mas critico seu uso como cristalização de uma experiência, conforme sinaliza Foucault (1995): “nem tudo é ruim, mas tudo é perigoso, o que não significa exatamente o mesmo que ruim. Se tudo é perigoso, então temos sempre algo a fazer. [...] Acho que a escolha ético-política que devemos fazer é determinar qual é o principal perigo” (apud Santos, 2017, p. 43). Acredito ser perigoso colocar todas as experiências não trans* nessa caixa, principalmente neste momento de avanço do conservadorismo³ e no qual as lutas precisam ser coletivas. A esse respeito, trago os questionamentos de Colling (2017a, p. 42):

No entanto, penso que agora as pessoas implicadas (me referindo a todas que estão em nossa área, sejam elas trans ou cisgêneras) necessitam produzir uma colaboração conceitual e teórica fundamental para esse debate. E, nesse sentido, formulo mais questões para quem desejar enfrentar esse desafio: quais são as diversidades no interior do segmento trans? Como é possível sustentar a expressão trans, pensado como “guarda-chuva”, sem apagar identidades históricas, como a das travestis, por exemplo? E quais as diversidades que encontramos entre as pessoas cis? Poderíamos dizer que existem escalas, graus variados, de cisgeneridade? E o que se leva em consideração para nomear alguma pessoa como cisgênera? A materialidade do corpo (o que apontaria para um retorno à “biologia”) ou a performatividade de gênero? Um gay afeminado, por exemplo, que não performa o seu gênero da maneira como exige a norma, é trans ou cisgênero? Podemos dizer, em termos absolutos, que alguém consegue perfeitamente “estar do mesmo lado das características comportamentais, culturais e psicológicas associadas a um sexo”? Quantas pessoas vacilam nessa tentativa de seguir a norma para estar desse “mesmo lado”? [...].

O autor deixa clara a importância do conceito de cisgênero porque demarca a entrada de pesquisadores/as trans* na academia, os quais passam a falar por si, e traz alguns questionamentos sobre o perigo da cristalização do termo. Dessa forma, o debate ético-político é esvaziado, pois há um julgamento das experiências baseado, a priori, pela sua identidade de gênero, que se assemelha ao pertencimento ligado à cor da pele. Santos (2017) acredita que mais importante que esse pré-julgamento seria pensar o conceito a partir da enumeração dos privilégios que cada posição identitária pode acarretar e propõe a problematização dessas

³ Adensaremos mais essa questão no item 2.3 desta seção.

questões a partir do questionamento das normas instituídas para contribuir na discussão e no debate crítico, político, ético e epistemológico, de modo a desnaturalizar os efeitos de poder e a ordem por eles produzida, que é quase sempre tomada como natural.

De outra forma, o que vamos verificar é um movimento de autorização e interdição de fala vinculado a objetos e problemas de pesquisa cada vez mais voltados para uma identidade específica. Assim, somente pessoas trans* poderiam desenvolver pesquisa sobre si, e qualquer outro/a pesquisador ou pesquisadora estaria desqualificado/a para a tarefa. Não estou aqui negando a importância de que cada vez mais pessoas trans* reivindiquem seu lugar na academia, seu lugar de fala, até porque lugar de fala é sobre o lugar de onde falamos e não sobre autorização de fala. Não estou também deixando de reconhecer suas subjetividades e as formas pelas quais se constituem fora das normas hegemônicas e nem deixando de reconhecer os privilégios dos/as demais pesquisadores/as. Até porque esse se constitui um dos objetivos desta pesquisa, mostrar a importância da presença das professoras trans* em espaços acadêmicos como as universidades. Acredito que, quanto mais nos fechamos em redomas de identidade, separados, o debate ficará restrito e será mais difícil problematizar as realidades e provocar deslocamentos no pensamento em nossa sociedade.

Ainda sobre essa questão da identidade, vale refletir que observamos identidades antigas e novas que constituem movimentos de lutas por direitos sociais, mas ao mesmo tempo constroem processos de exclusão, patologização, normalização e captura de práticas e estéticas na produção dessas identidades (Cesar, 2014); para essa autora, a identidade é sempre uma construção objetificadora do sujeito e, sendo assim, é potencialmente excludente e propõe, baseada na leitura foucaultiana, que é “possível tomar como campo de reflexão as experiências e as práticas dos sujeitos e não ‘os sujeitos’” (Cesar, 2014, p. 104), trazendo a possibilidade de produção de processos de inclusão não identitários, além da possibilidade de escapar ao binômio inclusão/exclusão, tão utilizado nos movimentos sociais e na educação.

[...] se a identidade é apenas um jogo, apenas um procedimento para favorecer relações, relações sociais e as relações de prazer sexual que criem novas amizades, então ela é útil. Mas se a identidade se torna o problema mais importante da existência sexual, se as pessoas pensam que elas devem “desvendar” sua “identidade própria” e que esta identidade deva tornar-se a lei, o princípio, o código de sua existência, se a questão que se coloca continuamente é: “Isso está de acordo com minha identidade?”, então eu penso que fizeram um retorno a uma forma de ética muito próxima à da heterossexualidade tradicional. Se devemos nos posicionar em relação à questão da identidade, temos que partir do fato de que somos seres únicos. Mas as relações que devemos estabelecer conosco mesmos não são relações de identidade, elas devem ser antes relações de diferenciação, de criação, de inovação. É muito chato ser sempre o mesmo. Nós não devemos excluir a identidade se é pelo viés da identidade que as pessoas encontram seu prazer, mas não devemos considerar essa identidade como uma regra ética universal (Foucault, 2014, p. 265-266).

Foucault concorda ainda que a identidade tem sido útil politicamente, no sentido das lutas nos movimentos sociais, mas reafirma que ela nos limita e impede a criação de novos vínculos e saberes. Essa divisão identitária acaba por tornar as lutas mais solitárias, na medida em que se fortifica a ideia de que somente as pessoas “classificadas” num determinado sofrimento podem se unir contra a opressão à qual são sujeitados. A esse respeito, Butler (2018) acrescenta que nenhum movimento identitário político sobrevive sozinho em sua abjeção⁴, sua precariedade, ele precisa produzir alianças com outras formas de precariedade; nesse sentido, ela traz a necessidade da aliança em oposição à identidade, entendida, nesse contexto, como verdade pré-discursiva, presente no corpo antes mesmo da relação com alguém.

⁴ Esse conceito será tratado no próximo item desta seção.

Para que a luta pelos direitos das minorias sexuais e de gênero seja uma luta por justiça social, isto é, para que ela seja caracterizada como um projeto democrático radical, é necessário perceber que somos apenas uma das populações que têm sido, e continuam sendo expostas às condições precárias e de perda de direitos. Além disso, os direitos pelos quais lutamos são direitos plurais, e essa pluralidade não está circunscrita, de antemão, pela identidade; isto é, não constitui uma luta apenas de determinadas identidades, e certamente é uma luta que procura expandir aquilo que nos referimos quando falamos de nós. Assim, o exercício público de gênero, dos direitos de gênero, pode-se dizer, já é um movimento social, que depende mais fortemente das ligações entre as pessoas do que qualquer noção de individualismo (Butler, 2018, p. 75).

Para a autora, esse entendimento de identidade impede a aliança e nos faz defender uma posição de afastamento porque supõe um sujeito que decide com quem ele quer conviver. No entanto, essa concepção de que escolhemos com quem queremos conviver foi produzida no pensamento neoliberal, que é um posicionamento genocida, pois pressupõe escolha entre quem deve viver ou morrer. Em contraposição a essa concepção, Butler (2018) propõe a necessidade de se pensar uma ética da convivência, uma política de alianças. Assim, a identidade produzida a partir da aliança estaria em constante transformação, visto que estaria o tempo todo afetando e sendo afetada nas alianças.

Não podemos perder de vista que o sujeito é produzido por práticas discursivas reguladoras e que o gênero é um modo de subjetivação, em que, segundo Butler (2016), as noções de feminilidade e masculinidade são constituídas como estratégia para ocultar o caráter performativo do gênero. O sujeito não surge do nada, ele está inserido num contexto de sociedade com conotações de gênero. Estamos inseridos num contexto que define a sexualidade como heterossexual, que, por sua vez, constrói uma performance binária do gênero. Mas essa performance resulta de contingências históricas, então o gênero não é uma identidade estável, pois produzida numa temporalidade social. Sendo assim, o gênero nada tem de estável, e as noções de feminilidade e masculinidade são construídas e podem se proliferar para além das estruturas reguladoras.

Mas Louro (2001) deixa claro que a crítica à identidade não está diretamente ligada propriamente à vida das pessoas, mas à oposição heterossexual/homossexual, entendida como uma categoria que organiza a vida social e a relação entre os sujeitos. Por isso os/as teóricos/as sugerem uma política pós-identitária, que indica novas formas de se pensar a produção do conhecimento, outras formas de se pensar os corpos, os gêneros, as sexualidades, inclusive novos diálogos e perspectivas para a educação.

Nesse processo de significação da identidade, a teoria queer tece duras críticas à identidade hegemônica heterossexual classificada como normal e modelo a ser seguido, que não é natural, mas definida socialmente e sujeita ao poder, significada frente ao seu outro, sua oposição, a homossexualidade, que funciona como um desvio do normal, do modelo dominante. Nessa hipótese de construção social, a identidade de alguma forma se fixa pelos processos discursivos. A partir da ideia de performatividade de Butler, a teoria queer retira essa ideia de fixidez e mostra que viver no trânsito é possível, que há possibilidade de subversão diante das identidades fixas (Silva, 2005), assim como também rejeita a incorporação do outro no modelo hegemônico da norma sexual, questionando as condições e possibilidades de conhecimento em que as normas foram produzidas. Logo, a teoria queer possibilita novos modos de existência.

E, para este artigo, uma das grandes contribuições é a discussão sobre a desconstrução das identidades que aprisionam os sujeitos em padrões fixos de existência, trazendo a possibilidade de que as transgressões e os desvios sejam lugares viáveis e possíveis de estar, podendo, assim, ressignificar o currículo como espaço também para a diferença e entendê-la como parte produtora nesse novo processo.

O feminismo, por exemplo, se constituiu a partir da ideia de uma identidade feminina de forma a atender a seus interesses políticos. No entanto, como podemos vislumbrar no decorrer

da história, “o próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes” (Butler, 2016, p. 18), as mulheres negras, as lésbicas e mais recentemente as trans não se sentiam incluídas na representação e questionaram o próprio movimento. Por isso neste artigo optamos por operar com o conceito de subjetivação por entendermos que “os modos de subjetivação são as práticas de construção do sujeito” (Castro, 2009, p. 408).

Assim, entendemos que são as experiências que dão vida aos processos de subjetivação. Os processos sofrem a ação dos discursos, do saber e do poder, que buscam domar os processos de subjetivação do sujeito, mas este procura brechas, resiste, fazendo com que os sujeitos se produzam em meio a esse jogo de forças entre poder e resistência.

É bom demarcar que não estamos tratando aqui da experiência única de cada indivíduo como ser psicológico, principalmente porque estamos lidando com um conceito foucaultiano que se refere ao modo pelo qual “o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade no qual está em relação consigo mesmo” (Foucault apud Larrosa, 1994, p. 18). Em *Arqueologia do saber*, Foucault diz que o sujeito fala de um determinado lugar que ocupa na ordem do discurso e que, portanto, seus atos discursivos não são livres, no entanto isso não quer dizer que as pessoas não possam se ver como únicas e donas de seus destinos, haja vista que essa aspiração à unidade é o que nos mantém na normalidade. O lugar do sujeito é “determinado e vazio e pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes” (Foucault, 2008, p. 107), por isso a origem do discurso não está em sujeitos individuais.

Assim, encontramos em diversas passagens das professoras entrevistadas comentários sobre como se constituíram enquanto mulheres, como foi doloroso e complicado o processo de produção de seus corpos, haja vista estarem passando ao mesmo tempo por um processo de ir em contra as normas de gênero ao negarem o sexo que lhes foi atribuído no nascimento e ao mesmo tempo buscando conformação do corpo ao novo sexo. Sobre isso Helena nos conta que tinha uma performance “bem masculina” antes da transição e que, quando começou o processo de transição, quando ainda estava aprendendo a performar no feminino, “[...] eu não tinha feito a cirurgia das pregas vocais, minha voz era muito grave, enfim isso incomoda as pessoas, incomodava e uma aluna me encontrou nessa loja e disse: “Oi, professora”, eu disse: “Oi”, tinha uma senhora junto dela assim, bem mais senhora, e disse assim: “Tu conhece isso?”” (Helena, 2019).

Helena vivenciou essa força que nos impele para a inteligibilidade, não foi reconhecida como pessoa, foi chamada de “isso” como forma de demarcar sua monstruosidade, pois sua performance não se enquadrava na norma binária de constituição de subjetividades hegemônicas. Assim como Helena, outras pessoas trans são fisgadas por esse dilema paradoxal por estarem cruzando a fronteira do gênero binário e só são consideradas bem-sucedidas quando se esforçam para retratar fidedignamente retratos femininos idealizados.

Desse processo de produzir-se enquanto sujeito nesse processo de subjetivação, também Letícia fala um pouco sobre como transitou no gênero para sua constituição enquanto travesti:

[...] infância foi marcada pelo nome viadinho e bichinha, que era aquele que era identificado como do sexo masculino de uma maneira biológica, porque o discurso biológico não tem esse poder de definir uma pessoa, mas as pessoas entendem que sim, quando elas fugiam das normas, eram o nome viadinho e bichinha que as pessoas recorriam. Então eu fui essa criança viadinho na escola. [...] Até que aos 17 anos no Ensino Médio eu resolvi assumir a minha homossexualidade, foi esse meu primeiro momento sexual, foi me assumir enquanto uma bicha homossexual, mas sempre uma bicha muito afeminada, então esse flerte com o feminino sempre foi constante, desde a minha infância, passando pelo período que assumi a homossexualidade e eu iniciei a minha carreira acadêmica como homossexual, fiz minha Graduação, meu Mestrado como homossexual, somente após o Mestrado eu comecei o processo travesti gênero e foi um processo que eu iniciei sendo professora da universidade, antes como professora substituta na Universidade Estadual do Piauí (UEPI), em Parnaíba,

foi a universidade onde eu comecei a performar minha identidade travesti, comecei a ir para eventos, inicialmente palestras, depois eu comecei a ir para aulas, e aos poucos a Letícia Carolina ela foi tomando conta de toda minha performance, e eu passei a ser a Letícia Carolina unicamente. Teve um período em que eu transitei como uma pessoa queer. Então esse período que a Letícia veio surgindo, ela ainda ficava em diálogo com a minha identidade homossexual, transitando nisso que a gente chama de queer, até que houve um momento em que eu entendi que eu não era esse corpo em permanente desconstrução identitária, que eu precisava de um pouso que é a travestilidade, eu precisava assumir essa identidade e eu me sinto confortável sendo uma travesti (Letícia, 2019).

A professora Letícia deixa mostras de como nossas subjetividades estão em constante construção e continuidade, evidencia também as forças de resistência às normas. Deixa desnudo o processo de constituição dos gêneros que requer sempre uma fabricação e reiteração constantes. Uma vez que a subjetivação se inscreve no corpo, não somente o corpo como entidade biológica, o corpo passa a ser expressão de sua subjetividade. Assim se constituem os sujeitos não como indivíduos nem como universais, visto que não se separam de sua existência e história, pois são resultado de processos diferenciados e múltiplos, o que impede de se falar de uma subjetividade centrada no indivíduo ou numa totalização.

[...] um indivíduo sempre existe, mas apenas enquanto terminal, esse terminal individual se encontra na posição de consumidor de subjetividade. Ele consome sistemas de representação, de sensibilidade, etc., os quais não têm nada a ver com categorias naturais universais (Guattari & Rolnik, 2005, p. 41).

O indivíduo é atravessado por uma variedade de processos de subjetivação que modelam e produzem as subjetividades. Assim, também as subjetividades trans, por deixarem o processo de produção do sexo de uma forma explícita, podem “potencialmente significar a [necessidade de] reconfiguração do sistema de gênero como um todo” (Reeser, 2010, p. 142). Importante demarcar também que essa subjetividade “normal” imposta precisa ser revelada, e, de acordo com Guattari & Rolnik (2005, p. 40), precisamos inventar novas subjetividades, subjetividades delirantes que possam confrontar e fazer desmoronar essas subjetividades normalizadoras, porque “a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social”. Então, para esses autores, quando se compreende esse processo, pode-se reapropriar dos componentes da subjetividade e produzir um processo de singularização. Portanto, as subjetividades abjetas, como a travesti, podem ser consideradas singulares, mas isso não as enquadra enquanto produções individuais. Nesse contexto, “Para que se efetivem os processos de reapropriação da subjetividade [...], eles devem criar seus próprios modos de referência, suas próprias cartografias, devem inventar sua práxis de modo a fazer brechas no sistema de subjetividade dominante” (Guattari & Rolnik, 2005, p. 58).

Ainda sobre o corpo queer de que Letícia nos fala na passagem citada, um corpo sem definição de gênero, que flutua na fronteira e que subverte as forças da heteronormatividade, é um corpo que ameaça os próprios fundamentos pelos quais o gênero binário é construído. Ele é impelido todo o tempo a se configurar num gênero inteligível, sob pena de ameaças violentas sobre sua vida, pois toda dissidência é impelida a se encaixar no modelo dominante.

Isso porque a existência e a resistência de “pessoas em trânsito” põem em cheque o regime de verdade que produz corpos “normais”; assim, ao questionar esse regime, colocamos em questão a verdade sobre si mesmo e a capacidade de dizer a verdade sobre si, de se relatar, porque esse regime controla a subjetivação de nossos corpos. E questionar a norma significa se pôr em perigo e correr o risco de não ser reconhecido como vida viável e vivível, já que seria como “perguntar o que elas deixam de fora e o que podem ser forçadas a abrigar [...] correr o risco de não ser reconhecido como sujeito, ou pelo menos suscitar as perguntas sobre quem sou eu (ou posso ser) ou se sou ou não reconhecível” (Butler, 2017, p. 36).

Ao falar de subjetivação, podemos entender quantas são as forças que nos subjetivam, que nos assujeitam na constituição enquanto sujeitos, por isso a importância da luta contra essas formas de sujeição e de submetimento das subjetividades, que não nos asfixiem em nossas individualidades. Precisamos produzir singularidades.

AGRADECIMENTOS: Não aplicável.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES: Cardoso, H. M.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica de conteúdo intelectual importante; Dias, A. F.: concepção e desenho, revisão crítica de conteúdo intelectual importante. Os autores leram e aprovaram a versão final do manuscrito.

CONFLITOS DE INTERESSE: Os autores declaram que não há conflitos de interesse.

REFERÊNCIAS

- Alice (2019). Entrevista. Aracaju (Sergipe), 9 de outubro.
- Bento, B. (2008). O que é transexualidade. São Paulo: Brasiliense.
- Bento, B. (2014). A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Natal: EDUFRN.
- Butler, J. (2016). Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2017). Relatar a si mesmo: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Butler, J. (2018). Corpos em aliança e apolítica das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Caetano, M. R. V. (2011). Gênero e sexualidade: um encontro político com as epistemologias de vida e os movimentos curriculares. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.
- Castro, E. (2009). Vocabulário de Foucault: um percurso pelos temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Cesar, M. R. A. (2014). A crítica da identidade nos movimentos feministas, LGBT: Michel Foucault e as ressonâncias na educação. *Revista Teoria e Prática da Educação*, 17(2), 97-104. <https://doi.org/10.4025/tpe.v17i2.27752>
- Colling, L. (2017a). Impactos e tretas dos estudos queer. In: Ferrari, A., & Castro, R. P. (Orgs.). Diversidades sexuais e de gênero: desafios e potencialidades de um campo de pesquisa e conhecimento. Campinas: Pontes Editores, p. 33-48.
- Colling, L. (2017b). O que o universo trans nos ensina? In: Colling, L., & Nogueira, G. (Orgs.). Crônicas do CUS: cultura, sexo e gênero. Salvador: Editora Devires, p. 134-142.
- Dias, A. F. (2020). Trans* escrituras e a pedagogical power. *Journal of Research and Knowledge Spreading*, 1(1), e11494. <https://doi.org/10.20952/jrks1111494>
- Foucault, M. (1995). Michel Foucault entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. In: Dreyfus, H., & Rabinow, P. (Orgs.). Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 17-25.
- Foucault, M. (2008). Arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2014). História da sexualidade 1: a vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra.
- Foucault, M. (2018). Ditos e Escritos IX: Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Guatarri, F., & Rolnik, S. (2005) Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes.
- Helena (2020). Entrevista. Amargosa (Bahia), 1 de agosto.
- Jesus, J. G. (2012). Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Brasília: EDA/FBN.
- Jesus, J. G. (2016). As guerras de pensamento não ocorrerão nas universidades. In: Colling, L. (Org.). Dissidências sexuais e de gênero. Salvador: EDUFBA, p. 217-232.

Larrosa, J. (1994). Tecnologias do eu e educação. In: Silva, T. T. (Org.). O sujeito da educação: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, p. 35-86.

Letícia (2020). Entrevista. Teresina (Piauí), 14 de novembro.

Lima, M. E. C. C., Geraldi, C. M. G., & Geraldi, J. W. (2015). O trabalho com narrativas na investigação em educação. *Educação em Revista*, 31(1), 17-44. <https://doi.org/10.1590/0102-4698130280>

Louro, G. L. (2001). Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 541-553. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200012>

Medeiros, M. S., & Santos, E. F. (2020). Education and work under the perspective of LGBTQIA+ students from the Federal Institute of Sergipe. *Journal of Research and Knowledge Spreading*, 1(1), e11749. <http://dx.doi.org/10.20952/jrks1111749>

Pelúcio, L. (2006). Três Casamentos e algumas reflexões: notas sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem. *Revista Estudos Feministas*, 14(2), 522-534. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000200012>

Reeser, T. W. (2010). Masculinities in theory: an introduction. Malden: Wiley-Blackwell.

Sales, A. (2018). Travestis brasileiras e escolas (da vida): cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, Brasil.

Santos, D. B. C. (2017). Docências Trans*: Entre a decência e a abjeção. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

Silva, T. O., & Rios, P. P. S. (2020). Gender, sexual diversity and field education: "in rural communities many people do not understand and treat it as a disease". *Journal of Research and Knowledge Spreading*, 1(1), e11418. <https://doi.org/10.20952/jrks1111418>

Silva, T. T. (2005). Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica.

Recebido: 10 de março de 2021 | **Aceito:** 15 de abril de 2021 | **Publicado:** 5 de maio de 2021



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.